

FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Paula Lucion¹
Liane Teresinha Wendling Roos²
Eliciane Brüning de Salles³
Vanessa Züge⁴

Embora a inclusão represente um avanço para muitos pesquisadores, a adaptação do sistema escolar não está acontecendo efetivamente em todas as instituições de ensino. Sabe-se que são inúmeras as barreiras que dificultam a adoção de uma política de inclusão, dentre elas, pode-se destacar a formação de professores. Considerando ser frequente o relato de professores e futuros professores em relação à falta de conhecimentos e de metodologias que possam ser usadas em suas práticas pedagógicas contemplando as diferentes deficiências, de modo especial quando se refere ao processo ensino e aprendizagem de matemática, foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva”. Esse projeto foi desenvolvido em três escolas públicas da cidade de Santa Maria/RS, bem como na Universidade Federal de Santa Maria. Inicialmente, foram aplicados questionários para os professores que atuam nas escolas participantes do projeto e, com base nos dados levantados, foram realizados estudos com o propósito de fundamentar ações pedagógicas e de produzir materiais didático-pedagógicos. Frente a estas ações, foram desenvolvidas oficinas com os professores, bem como com alunos do curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Ressalta-se, assim, que o presente estudo/projeto possuiu um caráter relevante, uma vez que as reflexões geradas a partir de sua conclusão puderam, também, contribuir com novos elementos teóricos e práticos para a geração de conhecimentos específicos acerca do processo de ensino da matemática para o aluno com deficiência no âmbito da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Matemática. Formação de professores.

¹Universidade Federal de Santa Maria. Especializanda em Educação Matemática. paula-seforamosdias@hotmail.com

² Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Educação. liane.w.roos@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria. Especializanda em Educação Matemática. elicianesalles@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Santa Maria. Especializanda em Educação Matemática. nessazuge@hotmail.com



Introdução

Diante do processo de inclusão, regulamentado por lei, é crescente o aumento do número de alunos com deficiência em classes regulares deixando, assim, de ocupar classes e escolas especiais. Embora a inclusão represente um grande avanço, para muitos pesquisadores, a adaptação do sistema escolar em relação ao aluno não está acontecendo efetivamente em todas as escolas. Também, a falta de conhecimento sobre metodologias a serem utilizadas, o “despreparo” tendo alunos com deficiência na classe regular é algo destacado por muitos professores. Referindo-se a este fator é salientada a relevância da formação continuada, envolvendo um processo formativo que propicie a aquisição de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, sendo essencial a participação ativa do professor, bem como seu envolvimento com todo sistema escolar.

Em relação ao processo ensino e aprendizagem de matemática, sabe-se que há lacunas, pois são muitos os alunos que apresentam dificuldades nessa área do conhecimento. Estas dificuldades são ainda maiores para alunos que possuem algum tipo de deficiência. Neste sentido, a utilização de jogos e de material concreto pode contribuir para minimizar as dificuldades. Para Ferronato (2002)

(...) o ensino de matemática é facilitado com o uso de material manipulável, uma vez que pode observar concretamente os “fenômenos” matemáticos e, por conseguinte, tem a possibilidade de realmente aprender, entendendo todo o processo e não simplesmente decorando regras isoladas e aparentemente inexplicáveis. (FERRONATO, 2002, p.59)

Diante de reflexões em relação a estes fatores foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva”. O objetivo geral consistiu em conhecer, estudar e propor novas metodologias visando contribuir com a formação docente de professores dos anos iniciais e finais do ensino fundamental frente ao paradigma da inclusão em relação ao processo ensino e aprendizagem de Matemática, e conseqüentemente fortalecer ações conjuntas entre a instituição de ensino superior e escolas da rede pública do município de Santa Maria/RS.



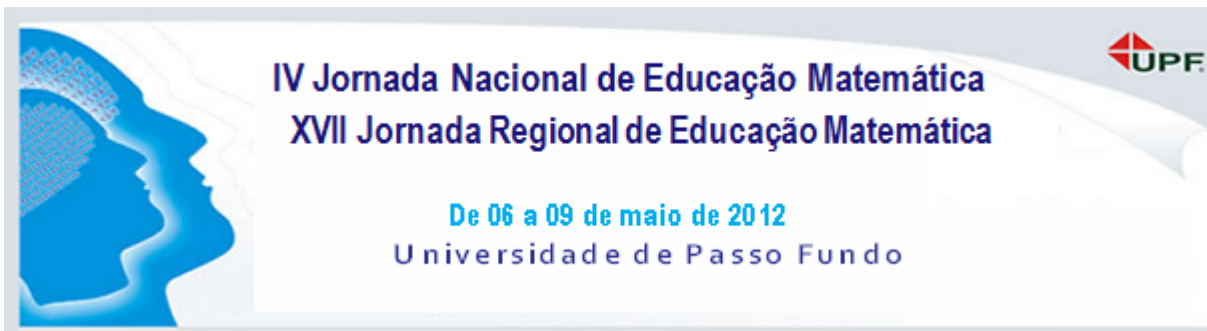
Como estratégia metodológica, delineamos a pesquisa como sendo qualitativa do tipo pesquisa ação, que permite o contato direto do pesquisador com a situação enfocada, a fim de levantar, conhecer e (re)construir processos e relações presentes no contexto escolar. O instrumento de pesquisa utilizado consistiu na aplicação de um questionário para professores que ensinam Matemática, de três escolas de Santa Maria/RS, com o propósito de conhecer e entender as principais angústias e dificuldades encontradas frente ao contexto da educação inclusiva. A partir destes resultados, foram realizados estudos e construídos recursos didático-pedagógicos abordando conceitos matemáticos para serem discutidos com os professores que possuem e/ou poderão possuir alunos incluídos em suas salas de aula.

Neste sentido, destaca-se ser fundamental que sejam oferecidas, aos futuros educadores, oportunidades para que a formação inicial contemple, não apenas a inserção destes nas escolas, mas, também, ofereça condições e subsídios para melhorar essa formação no âmbito da Educação Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva. Por outro lado, é necessário contemplar a formação daqueles que já estão atuando com a Educação Matemática nas escolas e que sentem necessidades de uma melhor formação nessa perspectiva.

De acordo com Giovanni (1998) o trabalho cooperativo entre a universidade e demais graus de ensino, contribui para a produção de conhecimentos no contexto escolar pelo e para o profissional que os usa. Referindo-se a esta questão, Porto (1998) afirma que o estudo da prática pedagógica não se restringe a uma mera denúncia do que se passa em seu cotidiano, mas envolve um processo de reconstrução desta prática, desvelando as dimensões, apontando contradições e recuperando o vigor do ambiente escolar.

Portanto, o desenvolvimento do projeto trouxe grande expectativa em relação à construção de um espaço de formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva, tanto em relação à formação inicial, quanto em relação à formação continuada de profissionais que ensinam Matemática e buscam por melhorias do processo ensino e aprendizagem.

Processo de Inclusão



Na década de 90 documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar na formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Assim, em 1994 a Política Nacional de Educação Especial, orienta o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

Teodoro; Sanches (2006) afirmam que a integração escolar retirou as crianças e os jovens com deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes permitiu o usufruto de um novo espaço e novos parceiros de convívio, de socialização e de aprendizagem (a escola regular). No entanto, ressalta-se que a integração implica ao aluno com deficiência adaptar-se ao sistema de ensino vigente.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que

os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Em acordo, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, destaca que o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. No ano de 2003 o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos e em 2007 o decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

Para Sasaki (1997) inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. O sistema educacional, em vista disso, deve



se adaptar às necessidades dos alunos ao invés de buscar a adaptação do aluno ao já implementado.

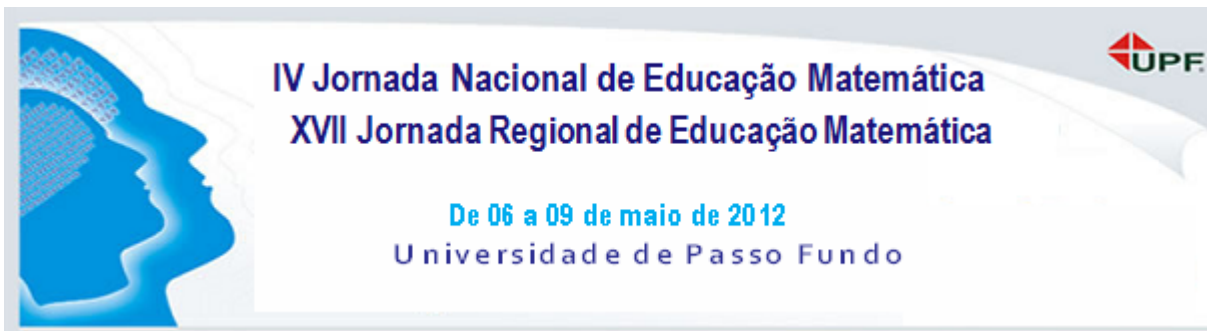
A inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino não consiste apenas no acesso a escola e sua permanência junto aos demais alunos, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta na revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2003).

Incluir implica, também, como defende Souza (2000) compreender que cada um interage de maneira diferente e exclusiva, retirando para si conhecimentos, observações de fatos, em uma velocidade própria, em um nível de compreensão particular de acordo com o seu processo reflexivo. Portanto, o atual movimento de inclusão busca, em tese, contraem-se a segregação, ou seja, a formação de classes homogêneas (BEYER, 2000).

Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva: desenvolvimento de ações

Considerando-se o processo de inclusão, o aumento contínuo de alunos com deficiência em instituições de ensino regular e a necessidade de formação inicial e continuada de professores no que refere a esta questão foi desenvolvido o projeto “Escola e Universidade: parceria visando contemplar formação inicial e continuada de professores que ensinam matemática na perspectiva da educação inclusiva” em três escolas públicas da cidade de Santa Maria (Escola Estadual A, Escola Municipal B e Escola Municipal C), bem como na Universidade Federal de Santa Maria.

Constituíram-se como principais objetivos do referido projeto: aplicação de questionário para os professores que atuam nas escolas participantes do projeto visando conhecer as maiores dificuldades enfrentadas pelos educadores em relação ao processo ensino e aprendizagem de Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva; realização de estudos teóricos que contemplam os temas levantados, a fim de buscar compreender melhor o processo de ensino e aprendizagem de conhecimentos matemáticos; produção de atividades e materiais didático-pedagógicos a partir das dificuldades levantadas e dos estudos teóricos

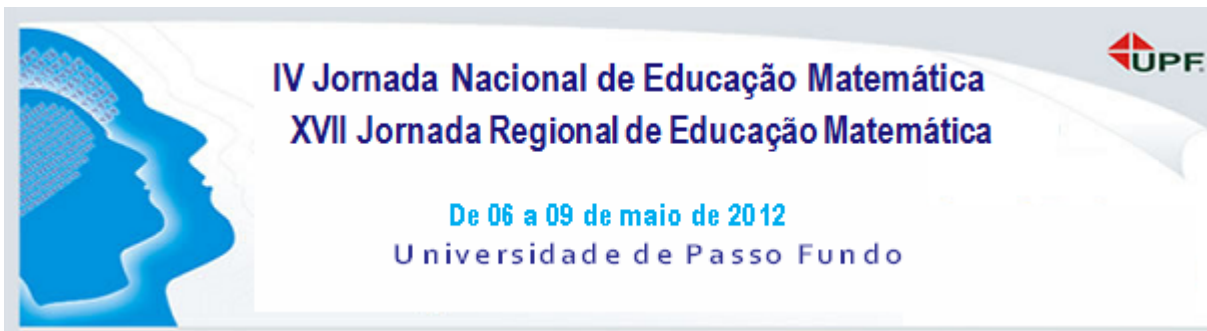


realizados, com o propósito de contribuir com a formação inicial e continuada de professores na perspectiva da Educação Inclusiva; realização de oficinas com os professores das escolas participantes do Projeto e alunos dos Cursos de Educação Especial da UFSM para apresentar os materiais produzidos e avaliar o resultado das ações que foram desenvolvidas.

Inicialmente, foram contatadas as possíveis escolas participantes para apresentar o projeto e a viabilidade de aceitação da proposta. A seguir, foi aplicado um questionário constituído por perguntas abertas quanto à formação dos docentes, atuação profissional, concepção de inclusão, utilização do jogo e perspectivas quanto ao desenvolvimento de oficinas em relação ao ensino da matemática na perspectiva da educação inclusiva.

As informações levantadas a partir do questionário foram fundamentais para as reflexões e estudos do grupo, que foi constituído pela professora coordenadora, pela bolsista e pelos alunos do curso de Educação Especial e Matemática - Licenciatura, colaboradores do projeto, visando aprofundar os conhecimentos sobre a temática abordada. Neste sentido, Malheiros (2010) destaca que a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para compreender ou explicar o seu problema objeto de investigação

Os encontros semanais no grupo de estudos foram significantes, tanto em relação aos estudos bibliográficos realizados quanto à criação de atividades e materiais didático-pedagógicos na perspectiva da educação inclusiva, objetivando melhorias do processo ensino e aprendizagem de matemática. Finalmente, foram realizadas oficinas com os professores participantes do projeto e, também, com alunos do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, com o intuito de socializar as atividades e os materiais concretos criados no e pelo grupo no decorrer do ano. Já, num último momento, foram analisadas as contribuições de tais atividades no que refere a formação continuada de professores que ensinam matemática na perspectiva da educação inclusiva tendo por embasamento diálogos estabelecidos durante as oficinas, fichas de avaliação respondidas pelos participantes e observações das ações durante as atividades.



Resultado das ações desenvolvidas

O questionário, aplicado aos professores que ensinam matemática nas três escolas participantes do projeto teve por finalidade, levantar subsídios que pudessem contribuir com as discussões teóricas e a construção de materiais didático-pedagógicos para serem apresentados aos professores e desenvolvidos por eles em suas salas de aula.

Neste sentido, apresenta-se a análise das questões 5, 6, 9, 12, 13, 14 e 15⁵ respondidas pelos sujeitos da pesquisa, que totalizam 13 professores.

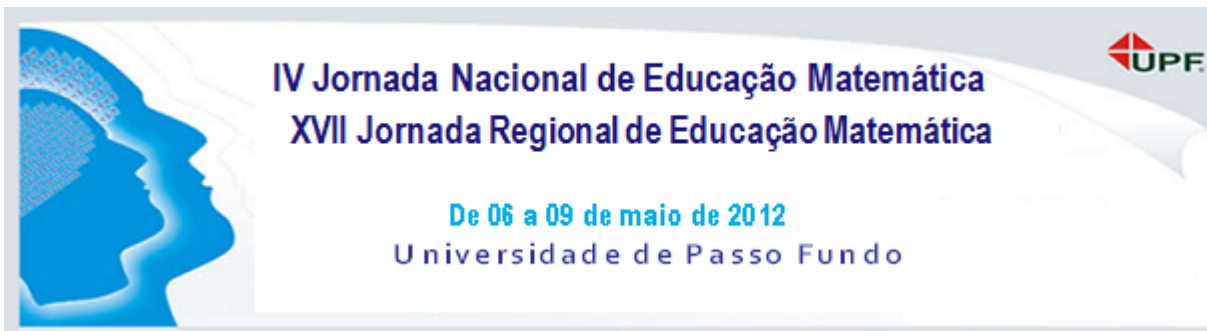
Questão 5 - Já teve ou tem aluno(s) com deficiência em sala de aula? Comente.

Dos 13 professores, somente 3 responderam que nunca possuíam aluno com deficiência incluído na sala de aula onde atuam/atuaram. Os professores que afirmam “sim” (sic), relatam que já tiveram alunos surdos, com deficiência física, Síndrome de Down, Déficit Cognitivo, mas principalmente alunos com dificuldades de aprendizagem, os quais segundo a legislação vigente, Portaria nº 948/2007, não possuem direito a ter atendimento educacional especializado em sala de recursos com Educador Especial, o que configura um aspecto negativo para sua aprendizagem.

Em acordo com o relatado pelos professores, dados do Censo Escolar de 2006, na educação especial, registram a evolução de 337.326 matrículas em 1998 para 700.624 em 2006, expressando um crescimento de 107%. No que se refere à inclusão em classes comuns do ensino regular, o crescimento é de 640%. Os dados quantitativos do Censo Escola de 2006 evidenciam o aumento de alunos com deficiência matriculados no ensino regular, o que representa o alcance de um dos objetivos da política atual.

Questão 6 - Tem conhecimento sobre as leis que abordam o ensino da pessoa com deficiência? Qual (is) documento(s)?

⁵ A escolha por abordar estas questões ocorre em virtude do número extensivo de questões e por estas terem sido respondidas por todos os sujeitos da pesquisa.



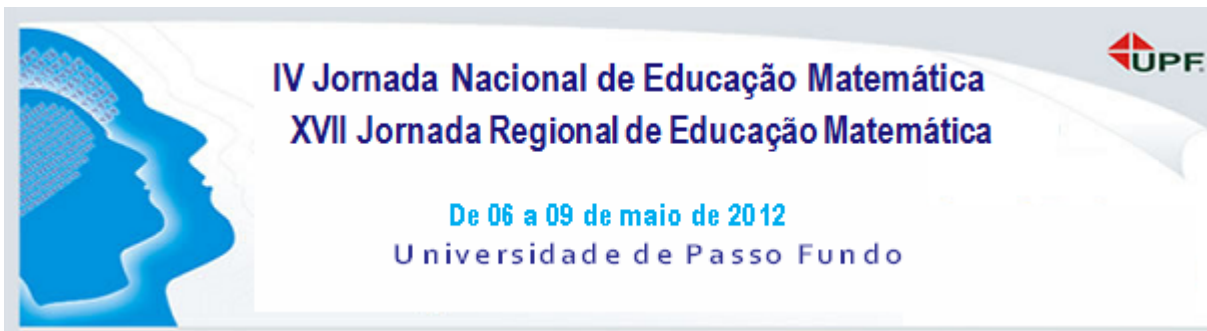
Apenas 3 professores revelaram não ter conhecimento sobre as leis que abordam o ensino da pessoa com deficiência, e um dos docentes ao declarar conhecer afirma que “existem leis, porém com falhas, nas quais são jogados esses alunos e sobrecarregam o professor que não possui titulação para o mesmo” (sic.). A fala deste professor representa, de certa forma, como a inclusão foi imposta, ou seja, o aluno foi incluído e escolas não possuíam condições físicas e preparação profissional para recebê-lo num ambiente que propicie educação de qualidade, além de universidades não possuírem em seus cursos disciplinas referente ao tema. Ressalta-se que a existência de conteúdos e disciplinas referente à educação inclusiva, a pessoa com deficiência, nos currículos de cursos de formação não garantirá, por si só, a qualidade profissional dos futuros professores, bem como a inclusão escolar dos alunos. No entanto, à inexistência de espaços no currículo para se abordar essa temática é mais um agravante para não se concretizar uma proposta inclusiva (MOREIRA, 2009).

Questão 9 - Você acredita esta havendo inclusão na escola em que atua? Justifique.

Responderam positivamente 8 professores, sendo que destes 2 justificam que estão sendo “organizados planos de estudo individual” (sic.), “os planos de aula são feitos diferenciados” (sic). A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares (1998) estabelece que

estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP/SEB, 1998, p. 15).

Totalizando, 5 professores responderam que acreditam que não esta havendo inclusão na escola em que atuam. As justificativas são variadas, dentre elas “falta mais pessoal de apoio”(sic), “os professores sentem-se pouco preparados para essa inclusão”(sic), “falta conhecimento para lidar com os inclusos” (sic). Glat (1995); Gofredo (1992), afirmam que são inúmeras as barreiras que dificultam que a política de inclusão se torne realidade na



prática cotidiana de nossas escolas, entre estas, é o despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula essa clientela.

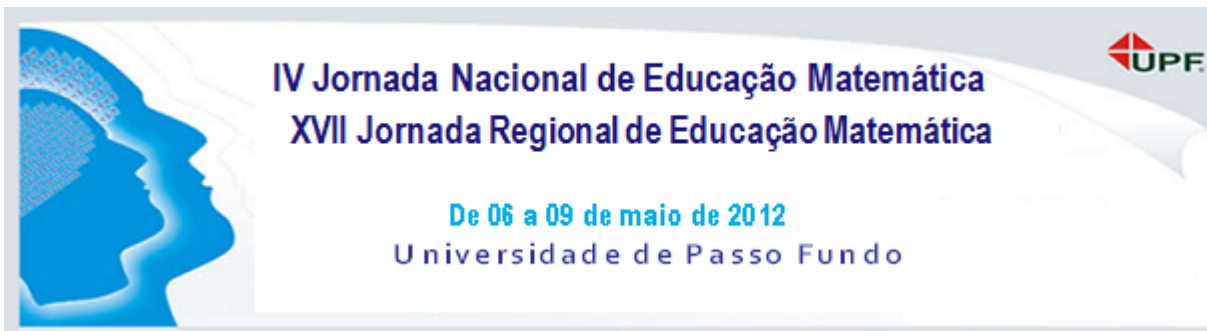
Questão 12 - Especificamente, em relação aos conteúdos matemáticos, sente-se preparado(a) para desenvolver atividades com alunos que apresentam algum tipo de deficiência? Comente.

Em relação ao referido questionamento 2 professores não responderam, 3 declaram que sim, 4 em parte e 4 afirmam que não. Quanto aos professores que afirmam não sentirem-se “preparados”, obteve-se as seguintes respostas: “nunca estamos preparados” (sic), “não tive disciplina específica para alunos com deficiência”(sic), “preciso maior estudo”(sic) e “acho que é preciso haver um trabalho profundo sobre esse tema”.

No que se refere a formação de professores frente a inclusão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) destaca a importância da formação do professor como pré requisito para a inclusão ao estabelecer, em seu artigo 59, inciso 3, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados. No entanto sabe-se que o currículo de formação de professores, como afirma Nogueira (2003), em sua grande maioria, possuem reduzida carga horária em relação aos alunos com deficiência, tornando-se desta forma difícil, que consigam identificar e trabalhar eficientemente com estes alunos em suas salas de aula.

As políticas públicas para a inclusão, de acordo com Glat; Nogueira (2003), devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que virá a beneficiar, não apenas os alunos com deficiência, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo. No entanto, ressalta-se também a importância de mudança de atitudes frente a inclusão por parte de muitos professores, sendo relevante não apenas ter conhecimento sobre algumas particularidades do ensino a pessoa com deficiência, mas a tomada de consciência sobre sua prática pedagógica.

Questão 13 - Costuma utilizar em suas aulas matérias concretas? Quais e de que forma?



A maioria dos professores (11) respondeu que costuma utilizar materiais concretos em sala de aula. Citam, dentre os materiais utilizados, principalmente o “material de contagem” (sic), “material dourado” e “jogos”.

O uso do Material Dourado é importante, pois as relações numéricas abstratas passam a ter uma imagem concreta, facilitando a compreensão, o desenvolvimento do raciocínio lógico e um aprendizado bem mais agradável (MAIA, s/d). Com sua utilização em sala de aula, os alunos dos anos/séries iniciais do ensino fundamental conseguem entender melhor as operações de adição com trocas e a subtração com agrupamento.

Em relação à importância do jogo para o desenvolvimento do aluno com deficiência, Ide (2000) afirma que o jogo possibilita a pessoa com deficiência aprender de acordo com seu ritmo e suas capacidades, além de propiciar a integração com o mundo por meio de relações e de vivências. A autora ressalta que o jogar, por ser livre de pressões e avaliações, cria um clima de liberdade, propicia à aprendizagem, e estimula a moralidade, o interesse, a descoberta e a reflexão.

Questão 14 - Você já participou ou gostaria de participar de algum curso de formação na área da Educação Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva? Justifique.

A totalidade de professores respondeu que gostaria de participar de curso de formação na área da Educação matemática, justificado com as seguintes declarações: “gostaria de participar para qualificar meu trabalho” (sic), “seria mais um suporte para que aprimore a aprendizagem” (sic), “devido a necessidade de aprender mais e ter uma forma melhor de ensinar” (sic), “gostaria de participar, pois considero importante para minha atuação docente (sic).

Questão 15 - Quais temas e de que maneira gostaria que fosse organizado um curso de formação na área da Educação Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva?

Obteve-se diferentes repostas, mas todas apresentavam a mesma essência, ou seja, o interesse em atividades práticas. Dentre as declarações esta “sugestões, idéias e jogos” (sic), “de forma lúdica” (sic), “práticas na perspectiva da educação inclusiva, jogos” (sic), “através



de trabalhos para formação de professor, com estudos, técnicas e sugestões de atividades” (sic).

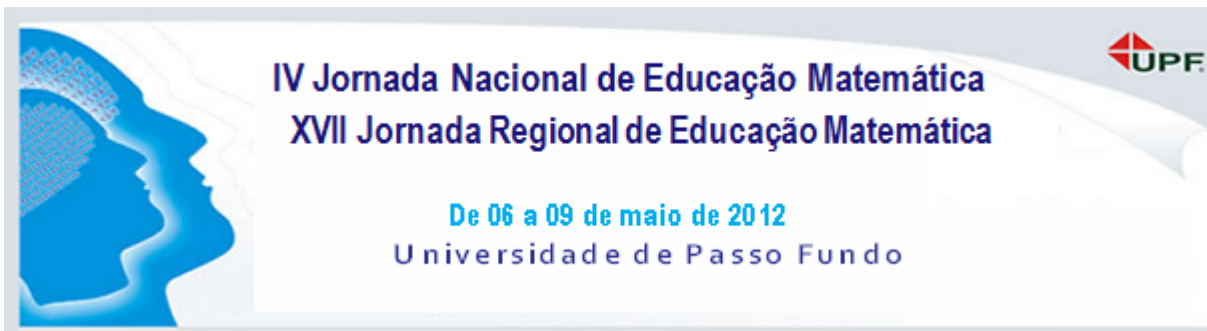
Destaca-se, também, que a partir do desenvolvimento do projeto foi constituído um grupo de estudos com professora coordenadora, bolsista e alunos colaboradores do curso de Educação Especial – diurno da UFSM e Matemática - Licenciatura. O referido grupo se reuniu semanalmente, as quintas-feiras das 8h30min às 12h, a fim realizar estudos teóricos, analisar os dados da entrevista e construir materiais didático-pedagógicos que possam, por um lado, auxiliar os educador no processo ensino e aprendizagem de matemática no contexto da educação inclusiva e, por outro, contribuir com formação inicial e continuada de professores.

A partir da confecção dos materiais didático-pedagógicos, foram realizadas oficinas com aproximadamente 50 docentes que atuam nas escolas participantes do projeto e 40 alunos do curso de Educação Especial – diurno. Após a realização de cada oficina foi aplicado um instrumento de avaliação.

Destacam-se os seguintes fragmentos obtidos a partir da aplicação do instrumento avaliativo quanto à iniciativa: “Quero aprender com os alunos! A matemática agora faz sentido para mim então imagina para eles, né?” (sic.), “trás um estímulo para que continuemos, pois todos temos dificuldades em trabalhar com materiais concretos” (sic.), “sempre são muito importantes práticas associadas a teorias, as oficinas que contribuem para a aprendizagem”, “tenho certeza que a Escola vai ganhar muito com esse projeto” (sic.) e “gostaríamos de continuar com as oficinas no próximo ano” (sic.).

Portanto, com a conclusão destas atividades, destaca-se a busca pelas escolas participantes em construir parcerias a fim de constituir salas de jogos, continuar com as oficinas, visto que trazem novidades que podem aplicar em sala de aula e conseqüentemente influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência e os demais.

Considerações Finais



O desenvolvimento do projeto de pesquisa “Formação inicial e continuada de professores que ensinam Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva” permitiu diagnosticar que é grande o interesse de professores e futuros professores na busca pelo conhecimento de alternativas metodológicas diferenciadas que possam ser utilizadas em sala de aula com relação à Educação Matemática na perspectiva da Educação Inclusiva.

Os estudos realizados diariamente e a realização de encontros semanais com acadêmicos dos cursos de Educação Especial- Diurno e Matemática-Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria motivaram a criação de recursos didático-pedagógicos e de propostas de atividades que poderão contribuir, não apenas para melhorar práticas pedagógicas de professores que atuam na rede de ensino, bem como servir para reflexões de formadores de professores visando melhorar a formação inicial de futuros professores. Os momentos de debate e de produção levaram a constatação de que a articulação entre a formação inicial e a formação continuada está em prol de um mesmo princípio, ou seja, a aprendizagem de todos os alunos.

Destaca-se também, que essa pesquisa possuiu um caráter relevante, uma vez que as reflexões geradas a partir da sua conclusão puderam contribuir com novos elementos teóricos e práticos para a geração de conhecimentos específicos acerca do processo de ensino e aprendizagem da matemática no âmbito da inclusão, temática ainda considerada carente de produção bibliográfica. Também, acreditamos no potencial enriquecedor que os resultados, aqui apresentados, terão no âmbito escolar, na prática docente e que ações neste contexto devam continuar acontecendo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: matemática*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.



_____*Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática*/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

_____*Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____*Lei Nº 11.274*. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006.

BUENO, J.G. *Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas*. Revista Brasileira de Educação Especial, v.3. n.5, 7-25,1999.

FERRONATO, R. *A Construção de Instrumento de Inclusão no Ensino de Matemática*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GLAT, R. *A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. *Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil*. Comunicação, Piracicaba, Ano 10, Nº 1, Junho 2003.

GOFFREDO, V.F.S. *Integração ou segregação: o discurso e a práticas das escolas publicas da rede oficial do município do rio de janeiro*. Revista Integração, 4(10), p.118-127, 1992.

IDE, S. M. O jogo e o fracasso escolar. In: KISHIMOTO, Tisuko M. (Org.) *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 89-107.



MALHEIROS, M. R. T. L. Pesquisa na Graduação. Disponível em: www.profwillian.com/_diversos/download/prof/marciarita/Pesquisa_na_Graduacao.pdf. Acessado em: 27/042010.

MOREIRA, H. *A formação continuada do professor: as limitações dos modelos atuais*. COMUNICAÇÃO, Ano 10, Nº 1, Junho 2003. Piracicaba – Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas/ Pós – Graduação em Educação

MOREIRA, L. C. *Cursos de licenciatura com bases inclusiva: impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores*. In.: Jesus, Denise Myrelles de et al(org.), *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa*. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, O. S. H. de. A valorização dos recursos didáticos inovadores na construção do conhecimento das pessoas com necessidades especiais. In.: *Reflexão e Ação*. Vol. 6, n. 2 (jul./dez. 1998) Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2000.